

A IMPRENSA DE CUYABA

PERIODICO POLITICO, MERCANTIL E LITTERARIO.

AN. O VI

QUINTA FEIRA

N.º 205

5 DE SETEMBRO DE 1854

643
1854
BIBLIOTECA NACIONAL
S. L. R.

A Imprensa publica-se as Quintas Feiras na Typographia de Sousa Neves e Comp. Subscrova-se no Escriptorio da Directoria á rua D. S. J. n.º 28
Annuata annuat - Para a Provincia 12 \$ 000. Para fóra 15 \$ 000. Avulsos \$ 400 reis.

A IMPRENSA DE CUYABA.

CUYABÁ 8 DE SETEMBRO

Consta nos que Fr. Angelo do Carmonico, internuando-se pela Parana, Iguaçu, Douros e Sambambai encontrara-se com as tribas errantes dos Caiós e Guarajós, e que em companhia dos respectivos caciques viera a este cidade impetrar do Governo meios de condazir aquelles brasileiros da vida nomade á civilizada, do paganismo ao christianismo promettendo-lhes ao sahir que dentro de cinco meses estaria a espera delles em determinado ponto para conduzil os todos a um aldeamento.

Consta-nos que os indios mostrarão-se satisfeitißimos com a idea do Missionario, para o que depararão com elle ao governo os seus chefes.

Em quanto os indios e roidos nos hostilisaõ, roubão e matão os habitantes de terra acima, a providencia abre o caminho a aproximarem de nós os Caiós e os Guarajós Bemlita seja a missão de Fr. Angelo. Bendito o governo que o furtulecer nessa empresa verdadeiramente grande

Occasão tão oportuna não se perde.

As inspirações divinas não se devem deixar malograr: cada vem o arrependimento quando lhes opomos obstaculos. Fr. Angelo não deve esmorecer na empresa: se o governo do paiz, como não é de esperar, se a Directoria das Indios, como tambem não é de crer, não lhe prestarem o socorro preciso para tão humanitario fim; lembre-se Fr. Angelo que a caridade não está exhausta na oração dos brasileiros e que não obsta a crise porque passamos. Pira resgate de tantas almas, para incetar a civilisação de brasileiros, nossos irmãos, que se disõem a deixar os bosques para, de quaes feras bravias, se tornarem homens cultos, e de idolatras christãos, nenhum coraçõ se fechará, nenhuma mão deixará de depositar no seio da caridade e da piedade evangelica o seu obolo.

Avante o obreiro da fé—Deus inremon-tum dat.

NOTICIARIO.

PACADA.—No dia 27 do mez p. passado o Fuzil reformado Antonio Joaquim de Jesus, por achanha Serrão; deu uma facelha no soldado da força policial Constantino Rodrigues, que ficou gravemente ferido. O criminoso acha-se preso, e contra elle instaura-se o competente processo.—

Serpico.—Sobre a madrugada do dia 3 do corrente suicidou-se com um tiro de espingarda na cabeça João Placido de Magalhães, que se achava hospedado na casa do A. fezes Antonio Joaquim da Silva Junior, na rua do Campo desta cidade. As 8 horas da manhã comparecerão na referida casa o Delegado e Medico da Policia, e o Tenente Commandante da Força policial,

e ali procederão ao exame e corpo de delicto no cadaver de Magalhães.

FESTIVIDADE NACIONAL.—Celebrou-se na Sé Cathedral hontem anniversario da nossa independencia o Te-Deum em accão de graças ao todo Poderoso por esse facto glorioso ao Brasil.

OUTRO.—Falleceu em seu sitio denominado Salina a Ecm.ª Sr.ª D. Maria Aves Ribeiro viúva do Capitão Antonio Nunes da Cunha. A seus parentes damos nossos pczamos.

SEMINARIO EPISCOPAL.

Terá a 13 deste lugar a sessão ordinaria mensal da congregação dos Leites e a repartição de Philosophia Racional que por força maior deixava de ser dada a 1.ª feira passada, como annunciámos.

Comearão no dia 3 do corrente a continuação das obras desse estabelecimento desde seu principio encarregadas ao Sr. Capitão Antonio de Gery e a Calles, e paralisadas a 2 ou 3 mezes por falta de fundos pecuniarios.

Chamamos a attenção dos Srs. pais de familia, que tem filios matriculados nos aulas do Seminario Episcopal para o Aviso, que por esta folha se faz relativo as filias dos mesmos alumnos.

REPARTIÇÃO DA POLICIA.

Partes das occorrencias da semana p. p. Forão presos a ordem das respectivas autoridades.

Dia 31 de Agosto, a ordem do sublegado do 2.º districto, Pedro Antonio de Magalhães, para averiguação.

2 de Setembro, a ordem do chefe, Apollinario, exerçay de Antonio Bruno, a requisização de seu senhor.

3 de Setembro, a ordem do mesmo, Martin Garcia, marinheiro do Vapor Alpha, por ser desertor; a ordem do sublegado do 2.º districto, Joaquim, escravo de Antonio José Rodrigues, á requisização de seu senhor.

4 de Setembro recolhi los nas prisões respectivas os desertores Ignacio Paulo dos Santos, Joaquim Gordiano da Silva, José da Cruz Cordeiro e João Antonio de Oliveira; e criminoso do marle Joaquim Ferreira da Silva e o escravo Paulo, capturados pela escolta commandada pelo Tenente Sabino F. de Sousa.

Secretaria da Policia, em Cuyabá, 5 de Setembro de 1854.

O Secretario,
J. J. de Curyalco.

PARTE OFFICIAL.

Copia. Circular.—2.º Seção.—Ministerio das Negociações Estrangeiras.—Rio de Janeiro 1 de Julho de 1854.—

Hum.º e Exm.º Sr.—O Decreto n.º 2127 de 13 de Março de 1853 propermittio a creação de Delegados dos Consules

Estrangeiros no Imperio sob a denominação de Agentes Consulares, quanto a França, Suissa, Italia, Hespanha e Portugal, unções com as quaes celebramos posteriormente convenções Consulares, ficou implicitamente revogado pelas expressas disposições das mesmas convenções a semelhante respeito.

Segundo as disposições alludidas poderão os Consules Geraes e Consules estabelecer Agentes Vice—Consules, ou Agentes Consulares nas diferentes Cidades, portos ou lugares do seu districto Consular, ou de o bom do serviço que lhes está confiado e exigido; salvas, be a entendida, a approvaçõ e o executor do Governo territorial.

Dos termos desta disposiçõ resulta evidentemente que a creação de qualquer Vice—Consulado, ou Agencia Consular, não pôde ser realisada sem a approvaçõ do Governo territorial, em que elle houver sido proposta ou indicada pelo Consul Geral ou Consul; assim como que não pôde, depois de feita e approvada a creação, entrar em exercicio o individuo nomeado sem o executor do respectivo Governo.

Esta doutrina, e o seu fundamento e procedencia não careçam de demonstração, porque derivão-se do direito incontestavel da soberania territorial, e ainda do respectivo d'valho as conveniências e estylos constantemente seguyos nas relações internacionaes, exige que o Governo Imperial recomtente a V. Ex.ª que, tolas as vezes que nessa Provincia for proposta por qualquer Consul das unções com quem temos Convenções, unico para isso competente, a creação de alguns dos referidos lugares, limite se a transmittir a mesma proposta com as informações que pagar apropriadas ao Governo Imperial, além do que este resolve definitivamente; devendo por consequente cessar a praticar-se aqui seguda de autorisarem as Presidencias não só a creação dos lugares mencionados, como a exercicio immediato dos individuos nomeados, sob a clausula de apresentarem o executor do Governo Imperial dentro de um prazo determinado.

Renova a V. Ex.ª as seguranças de minha perfeita estima e distincção consideraçõ.—

João Pedro Dias Vieira.—A. S. Ex.ª o Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.—Compra-se o archivo do Palacio do Governo de Mato Grosso 27 de Agosto de 1854.—A. de Carvalho.

REPUBLICA VESITUAL

ELEIÇÃO DIRECTA.

XIII

Até hoje temos mostrado, que só a eleição directa nos poderá dar uma representaçõ do genio e nacional; que nunca será tal, se não for oriunda de um corpo eleitoral numeroso e capaz; e consequentemente que a eleição indirecta, em tempo algum, e seja a quaes forem as combinações electorales, produzirá um corpo electo-

total-capaz, e que reina em seu seio todas as superioridades sociais, dignas do electorado.

Mas, como já bem que, por mais que *clourem a pilula*, nunca os parâmetros da eleição indirecta poderão sustentar, com argumentos serios a necessidade de dar fultoras á ergoa, na escolha dos seus representantes; porque se a grãz taclada, isto é, os electores do 1.º grão, não podem por si mesmos escolher os representantes, para que elles las no exercicio de um direito politico, que, por ser tal, requer capacidade, que se lhes não suppe? Por rã se elles têm a intelligencia e a independencia pucta para uma boa escolha, porque não se lhes confiar de logo o direito politico em toda a sua plenitudo e effiecia? Contraçção; escarne; foite nos electores do 1.º grão; intelli da nação por um puçlo de homens talvez tão ignorantes e dependentes como os proprio pupilos, que os elegem; exclusão das verdadeiras capacidades electoraes, entre as quaes muitas superiores aos electores do 2.º grão; e, como resultado final, uma representação falsa, desacreditada, desde a sua base primordial; eis tudo o que produz a eleição indirecta, ainda mesmo nos casos em que, ao absurdo do systema; não juntam a immoralidade, a violencia e o sangue!

Infelizmente a historia das nossas eleições, se por um lado tem confirmada as precrições da theoria, por outro lado tem mostrada que a fraude e o assassinato são oapanço de muitas!

Como sobre estes pontos nos temas occupado nos anteriores artigos, não nos causaremos com demonstrações, que a sã theoria deduzida da natureza do governo representativo, e o triste cortejo das nossas eleições, tornam e-casadas. Por isso d'aqui por diante, questões de outra ordem, se hem que inteiramente connexas com a materia, firão o assumpto dos nossos artigos. O que dissermos, de ora em diante terá por objecto a maneira pratica da eleição directa, que hoje já não é uma exigencia da theoria, mas sim um reclamo da moral e da salvação publica.

Na verdade, se com razão não se pode contestar esta proposição do venerando senador, o Sr. visconde de Albuquerque, enuncia-la no recinto do senado:—*a questão da ordem da dia é a immoralidade*—; não menos certo é o dizer-se que—*o dominio dessa immoralidade*—está, em grande parte, baseado na eleição indirecta. Entre a proposição do senador pernambucano e o nosso systema eleitoral tal qual é, e tem sido, ha por certo a relação do effeito para com a causa.

Não é, pois, por odio ao governo, e muito menos por espirito de partido, que pugnamos pela substituição da eleição indirecta pela directa; é sim porque realmente o actual systema de eleições é uma fonte perenna de corrupção, e muito prejudicial tanto ao governo como ao paiz.

Nos governos representativos, que são governos do opinião, o poder vao buscar os seus titulos, a sua força moral, na força moral das camaras legislativas. Mas que força moral podem ter as camaras nos ministerios, quando ellas, desacreditadas pelos vicios de sua origem, vicios, que lhe são lançados em rosto pelos seus proprios membros, voltando os olhos, v-em em traz de si um corpo eleitoral microscopico, desacreditado pela massa obscura, ignara, e dependente que lhes deo o ser? Ao mesmo tempo que ellas veem em derretor a nação inteira, resumida em milhares de capacidades electoraes, desherdadas do di-

recto politico, por não terem ingressado em um di-ça, na qual haam os ganhos de alguns cidadãos dignos a par de muitos outros inlizes e viciadamente incapazes do electorado.

Por isso, o poder que se elctive e proceem de se pelo exercicio de um direito politico, e auctoridade de facto, que se funda no facto, e não na demagogia que teclia, e em consequencia que não é só da ignorancia inliza da povoaçõ e dos seus auctoridade electiva que se deriva o das rectas do politico a natural do. Este direito se deriva gradualmente das eleições indirectas e dos seus inevitáveis vicios.

Esti especie de eleição é um exemplo de avassal; grupos de elis, as incapacidades naturaes soem, e ao pã a escolha dos superiores de re se assum o facto logia ser elector, ao passo que o pã não é o patrão vã se ama q uilha le em presença de seu exco elector, ao passo que elle nem votante é; o empregado de superior graduação é facilmente rellidido pelos seus subalternos, honra-lus com diplomas electoraes, e assim per ditudo.

Ora estas inversões da ordem natural e civil dão-se em todas as relações sociais, ãos diferentes grãos dos direitos politicos: no corpo eleitoral, nas justicas de paz, nas camaras municipaes, nas assembleias provinciaes etc., etc. E tão communs são estas inversões, que, attenta a corrupção do systema eleitoral e os vicios de qualificação parlamentar, talvez se possa dizer com fundamento, que a excepção do imperador, primeiro representante do paiz, e que independe da eleição por ser hereditaria a monarchia, os outros ramos do poder legislativo devam a sua eleição, não as capacidades electoraes da nação, mas sim ás inferioridades sociais, que, com prerrogativa dellas, tem invadido as urnas e viciado em sua base os dous ramos da soberania organica.

D'ahi essa dissepçãõ geral, que vao minando o principio da auctoridade; ora nada mais assustador a um d'ignis prejudicial a sociedade do que o d'ireito do poder! Portanto não só o governo, pela ingerencia nos eleições, que nasce o enfraquecimento do poder; esse mesmo enfraquecimento nas eleições pelas mãos do governo é um effeito da auctoridade do poder, que procura na realidade de uma eleição, e por meio dos seus membros, a força moral, de que elle se sente despojado, quando a deve ir buscar em outras fontes.

A auctoridade nos governos representativos deriva do seu poder do apdo de todas as superioridades sociais, e he por uma razão muito natural; porque a auctoridade é uma superioridade de facto, que se actualisa em uma superioridade de facto, sem o que o poder se desappareça.

Ora se por um favor de ordem natural, que se por ver o poder de facto se apre unido com o poder de facto, se vateer o contrario, o tornar-se frequente e quasi habitual a junção do poder de direito com a inferioridade de facto; e se isso se der no eleitoral, nas municipalidades, nas camaras provinciaes e geracs, o que succederá desse coito d'um lado do poder de direito com a inferioridade de facto? Succederá que a auctoridade de facto se aviltará até a inferioridade de facto, o a inferioridade de facto subirá até a auctoridade de direito. Mas ahi nessa elevada posição a inferioridade não se sustentará; e o seu natural d'ireito contamina o poder, que só será poder de direito quando estiver incarnado em o poder de facto.

E assim de outra parte pã se ser; pã se que não está no poder dos homens o auctoridade a natureza das causas. A auctoridade de re de facto, é o poder de união e de re de factos, que se ao fim da sociedade; e os homens associados não podem manter a auctoridade por seracs rã gão, e os inferiores de re inferiores. Por isso o que o governo representativo representa de eleição, como o modo pratico de re nas superioridades naturaes, afia de que ellas governem e dirijam se a sociedade.

E esta necessidade de que o homem, eleição no poder, tenha a capacidade na hora da ergoa, hã em despota, o pã o poder, el var o seu exco a dignidade de re de facto, mas o bom senso não se illudã, e elvarã se com o vicio, apesar da dignidade.

Dissepçãõ nas o indistinctos neste poder; porque a eleição indirecta tem realmente, transmittida a ordem natural das causas; no corpo eleitoral, nas camaras municipaes, provinciaes e geracs, vemos com a frequencia a violação dessa lei providencial, que nunca é ferida impunemente; e os factos o tem provado.

Infelizes de nós! se por mais tempo continuasse a ser espezinhada essa lei providencial, em virtude da qual o poder deve anlar consorciado com a superioridade de facto! Infelizes de nós se pelas de-clinações dos sophistas, se pelas razões fallaciosas de uma mentida popularidade, continuassemos a ver, por mais tempo, o fatal systema da eleição indirecta, collocando o poder, a auctoridade, a representação nas mãos dos ignorantes, dos fracos e dos pequenos!

Esta uma experiencia, ainda mais dolorosa, nos fará ver que a auctoridade, collocada nas mãos dos ignorantes, só produzirá conduzir-nos ao erro e a iniquidade, e não a justiça e a verdade; que o poder collocado nas mãos dos fracos e dos pequenos só produzirá o triste espectáculo da *insciencia e avidiz da necessidade, dos odiosos e a voros da taccia, da cega tyrannia da ignorancia*.

Pã e auctoridade o que dizemos, não produzimos lugares olhos sobre o paiz, basta firmarmos por um momento a attenção sobre a que se tem nas a-lo nesta inliza provincia, a que é que tem dividido os campos de guerra e de guerra? Qual a causa d'um longo luta entre irmãos, filios da mesma provincia, luta que nos joramos sa pãntica por palavras desabridas no campo de batalla por uma revolução sena, e auctoridade, nas eleições pela exco de re de facto adversarios?

Ha principios politicos divergentes, que entram com ho profunda e tão duradoura d'irreconciliãõ? Não o pensamos; o não é de logo; desde logo temos essa convicção, e auctoridade nessa especie de uma inaneira hem solemnã, e em uma situação auctada. Não ha principios divergentes entre os Pernambucanos todos são monarchistas, ordens e liberaes. O que ha, é que cada um das partidos pensa de si para si que a constituição foi feita para elle em exclusão dos seus adversarios; e so é a lãõ fixa, que se revela bem nas eleições. O que ha, é sede e fôço de justiça. O que ha emfim é a violação insensata dessa lei providencial, de que ha pouco fallavamos; a qual exige que o poder ando sempre ligada ás superioridades naturaes! Sim, o que tem havido entre nós é um poder fraco e susceptivo, avido de perpetuar-se, e por isso forçado a empregar contra seus adversarios todos os meios de ex-

clusão, que só a fraqueza sabe excogitar, desliza a míngua e a columna até essas situações desesperadas, que em 1813 se descaeram em uma medonha revolução: e ao lado do em frente desse poder fraco, uma opposição fracta. Também deseja de subir pelas mesmas escadas, que elevaram os seus adversarios ao poder.

D'ahi procede que, nenhum delles, nem governo nem opposição, queira os meios conciliatorios, eprizes do harmonisar a familia pernambucana.

E por isso que tanto os ordeiros como os libeiras não querem saber da eleição directa. A eleição directa, encrognando o poder eleitoral a todas as capacidades naturaes e legitimas da provincia, e ciji condições decerem ser julgas por uma magistratura incompetente com a politica, acabaria a luta, daria razão a ambas, e levaria ao grêmio da representação Gregos e Trojans, v. g., os Meleis Mouteiros e os Urbanos, e assim por diante.

Ora, isso tenderia exi lentamente a fortalecer o poder e a opposição; mas como seguramente não será isso em favor do poder actual e da opposição actual, no sentido de uma completa exclusão; d'ahi vem que nem o governo e nem a opposição, nem conservadores e nem libeiras, queiram a eleição directa. Ambos se comprazem com esse oceano revolto das eleições primarias, contido pelo facto d'que dos electores do 2.º grão, que são poucos, é verdade, mas são bons actores. Para uns e outros não ha meio termo: ou Cosr ou João Fernon les, ou tal ou tal. Assim o patem as idéas.

É certo que o poder desejaria conciliar os seus adversarios, porém aviltando-os; a opposição desejaria poder fazer o mesmo, porém sujeitando-os também ao arbresto de uma politica sem politica. Mas os meios naturaes de conciliar os animos, sem aviltalos, facilitando a concurrencia de todas as superioridades sociais, sejam quaes forem, as suas opiniões politicas, porque todas são constitucionaes, os meios naturaes, v. g., a eleição directa, esses não, não servem a nenhum delles.

E porque não servem? porque, academ logo ambas, a eleição directa é inconstitucional;—porque iria tirar direitos pgiitados a esses votantes, primarios, que, citados *apreñen tanto* a pequena dose do direito politico, que lhes toca! E seria um perigo para a sociedade privar tantos cidadãos do voto; porque para privados do voto éja preciso uma constituição, e uma constituição convocada para semelhante fim impugnar-se em uma revolução; cuja lembrança só faz horror!

Assim tomamos ouvido discorrerem libeiras e ordeiros! E parecem melhor prova de que ambas são ordeiras e libeiras, ambas são constitucionaes! Não obstante isso, que luta! que luta entre elles!

Infortunadamente, nós que também somos do parti da liberal e ordeiro, e ordeiro e liberal, e por isso temos a mesma commanhnha de principios politicos, infelizmente dizemos, neste ponto, relativo á reforma eleitoral, tem a uma convicção opposta á de nossa correligionarios politicos. Puz-nas essa pequena divergencia; mas como ella não versa sobre artigos constitucionaes, e nosso pezar não é profundo; porque também a divergencia, o não é.

Sim, o ser a eleição directa ou indirecta, o ser um só corpo eleitoral em vez de dous, como temos, não importa isso em questões da natureza d'aquellas, que pelo art. 178, d'vam ser capituladas, como questões essenciaes, fundamentaes ou constitucionaes.

Ora, segun la o titulo art. 60 *emittucional o que diz respeito aos limites, attribuições respectivas dos poderes politicos, e das direções politicas e administrativas da república. Tal o que não é emittucional não pôde ser alterado pelas legislaturas ordinarias.*

É no final d'este artigo que se conta o direito das legislaturas ordinarias, em virtude do qual podem elles reformar tudo quanto não é de natureza politica e de direito, tanto os poderes politicos como a estrutura e a applicação do art. 60 da constituição, na parte em que determina que os electores, que elegem os deputados e senadores sejam electores da provincia.

Pois bem, é nesse mesmo art. 60 (que já se viu uma reforma) que se assenta o fatal sistema de eleição indirecta: *As nomeações de deputados e senadores para a assembleia geral e de membros das conselhos gerais da provincia, serão feitas por eleições indirectas, elegendo a massa dos cidadãos actives em assembleas parochias ou de terra da provincia, e estas as representantes da nação e provincia.*

Nesse artigo vê-se bem claramente o que é essencial, o que é constitucional, e o que é regulamentar.

O que é essencial em uma constituição é irreformavel; taes são os artigos que estabelecem as bases da nossa forma de governo, as quaes todos estão implicitamente contidas no art. 3.º—*O seu governo (o do Brazil) é monarchico hereditario, constitucional e representativo.*

Ora, essas bases desenvolvidas em outros artigos do nosso pacto constitucional são irreformaveis, mesmo á vista do art. 178, e com razão, porque, do contrario a constituição encerraria em seu proprio seio o elemento de sua destruição.

Applcando o que dizemos á doutrina do art. 93 da constituição encontramos que a proposição as—nomeações dos deputados e senadores para a assembleia geral e para feitas por eleições—é irreformavel, ain la mesmo por uma camera, investida de poderes especiaes, e guardadas todas as prescrições das arts. 174 até 177.

Dizemos que aquella proposição do art. 90 é irreformavel, á vista mesmo da constituição, porque semelhante proposição refere-se a um dos elementos constitutivos da nossa forma de governo, a uma das suas bases *de forma electiva*, implicitamente contida na palavra *representativo* do art. 3.º já citado; portanto poder na Brazil fazer o direito de votar nas bases constitucionaes politicas, e em todo momento a quem, não commoçam o direito, de quem quer que seja, destrua-las em suas bases.

Pois assim o que ha de irreformavel no art. 60 da constituição relativa das eleições, quer da assembleia investida de poderes especiaes, quer dos poderes ordinarios, vê-se, e o que ha de constitucional, e o que ha de regulamentar no mesmo artigo.

Releitura do art. 60 parece que a constituição ligou a a sentença muito séria ás palavras—*electores da provincia*, e que ellas, com quanto a uma eleição não se proceda á causa alguma, que em uma constituição se possa chamar base—todavia conservam um direito religioso, e que se prendem á autonomia das provincias, que, nos limites constitucionaes, são entuladas, quanto á sua representação especial, e não podem te-la, sem que existam electores de provincia.

Entretanto esse ponto do art. 60, que nos parece constitucional, foi julgado regulamentar, e o poder legislativo, acabou

com os electores da provincia, substituiu-do os por—electores do circulo, independente do mandado especial.

Agora o que resta no art. 60 e as palavras—*electores da provincia*, elegendo a massa dos cidadãos actives em assembleas parochias ou de terra da provincia, e estas as representantes da nação.

Ora, todas estas palavras são indicativas do modo pratico da eleição—que, como já vimos, é um dos elementos constitutivos da nossa forma de governo.

Porém se o elemento eleição é irreformavel, não ha maneira por uma camera com poderes especiaes, seguir-se-ha d'ahi como acomeça o mesmo com o modo pratico pelo qual o principio se traduz na vida social?

Não; o modo pratico da eleição, prescripto pelo art. 93, é uma dessas muitas disposições regulamentares, que a nossa constituição encerra, e que não sendo constitucionaes, estão no caso de serem reformadas pela legislatura ordinaria, sempre que a reforma for conveniente.

O modo pratico da eleição, pela sua mesma natureza, está sujeito a todas as alterações e mudanças, que sofre a sociedade em sua marcha—o estado de adiantamento ou atraso do paiz, o seu maior ou menor desenvolvimento scientifico, industrial, commercial e moral, reclamam em diferentes épocas, em diferentes circumstancias de tempo, lugar etc., modos diferentes; e é forçoso adaptar os modos praticos das circumstancias, para que não seja sacrificado o principio ao modo, o que é absurdo.

A extensão des artigo forç-nos a collar o fio das nossas idéas, que continuaremos a desenvolver no seguinte.

SCIENCIA E LITTERATURA.

Le-se na Gazeta dos Tribunaes, de 15 de novembro de 1833: «Perregaud, mendigo do profissão, foi encontrado morto do bocheiro, no dia, na estrada de Nantes a Vannes. Na manhã seguinte quando o vão enterrar, elle agito-se, questiona as pessoas que estavam á roda, levanta-se e deita a fugir a bom correr»

Conta Lenormand de um principe L***, que tendo fallecido perto do Florence, foi posto em cova aberta em uma capella fúnebre de familia, onde os corpos se conservam sem putrefacção. Um mez depois, seu filho, vindo resar neste asylo, quer abrir a porta e sente um obstaculo: este obstaculo era o cadaver do infeliz principe, o qual, era as feições convulsas e os membros despedaçados do biterno, viera morrer do encontro áquella porta, que não devia mais abrir-se para elle.

O Sr. La Guerra, requerendo que nas pessoas reputadas mortas se façam experiencias mais rigorosas do que as do costume, prova que em 1241, só de factos que chegáo a seu conhecimento, houve, em menos de sete mezes, quatro pessoas, cujo obito tinha sido verificado e que foram restituídas á vida no momento de se lhes dar sepultura; e que em 1845, em menos do oito mezes, deo-se 6 resurreições da mesma ordem.

Accrescenta aquello autor que a dador de 1833 houve (conhecidos e contados por elle) 46 casos do enterro impedidos pelo acaso quasi sempre: 21 individuos despartidos por si mesmos quando iam «r dalos a sepultura; 9 em consequencia de cuidados que lhes tinham sido prestados pelos parentes; 4 por queda do estylo; 3 pelos pregos ou alfinetes da cova; 7 por demoras não calculadas na cerimonia dos exequios. E o obito dessas pessoas tinha sido officialmente asseverado!

É bem conhecida a historia do coronel Fowles na referida por Cheyno no seu tratado das moles ties histamicas. O coronel enfermo, havia muito tempo mantia um dia de camera Cheyno e Bagnard que o tratava e não seu boteiro Sirio para os fazer estabelecer a uma singra experiencia, que queria repetir em presença delles; consistia em deixar se morrer o resussitar.

É facil julgar da surpresa que causou esta proposição que partiu de um homem que parecia por suas fallas gosar de bom senso! Não se animava a aceitar la com recio que a experiencia fosse feita no enfermo no estado da fraqueza em que se achava. Por fim cedeo por curiosidade e por compreser-se de cova. Elle deitou se de costas; Cheyno

lho tonava o pulso Baynard tinha a mão sobre o coração. O Strino um espelho defronte da boca do coronel.

Logo após um momento não se sentiu mais pulsação na artéria nem movimento no coração e o bafo não embacava o espelho. Convencerão-se os tres praticos da cessação total dos tres movimentos.

Dissertarão então si a respeito do phenomeno e vendo que elle se demorava além do meuo hora, persuadirão-se que o enfermo tinha de facto morrido quando esto começou a voltar à vida o puls a agitar-se o coração abater e a respiração a sen tir-se

Assim que elles sahirão do quarto, o coronel mandou chamar um tabellião, ajuntou um codicillo a seu testamento recebeu os ultimos socorros e expirou sem violencia pelas cinco ou seis da noite oito horas depois da experiencia mencionada.

Foderê astoverava ter visto muitas vezes como sorpresa, em pessoas enfermas, como que aniquilados os movimentos do coração e da respiração e annunciando uma morte proxima, e depois restabelecidos insensivelmente do modo a permittir-lhes ainda muitos annos de vida. Valler cita em sua physiologia, historias analogas a do coronel, Fontana gabava se tambem do poder accelerar e retardar seu pulso à vontade.

Os autores que estudaram os signaes caracteristicos da morte reconhecerão, todos a uma, que o aspecto cadaverico da face; o resfriamento e lividez da pelle a flexão dos dedos, a insensibilidade as queimaduras e incisões, o obscurecimento dos olhos, a ausencia da respiração e do vapor da bocca etc. etc., não bastão para restabelecer a realidade do obito. porquanto, não se alguns desses signaes não se encontram sempre no cadaver. como tambem ás vezes forão observados em individuos que os esforços e socorros da arte chegarão a rennir.

Outros signaes. em numero do cinco considero se como caracteristicos, e são: a ausencia do pulsações do coração, a rigidez dos membros a putrefação, a coladão verde das paredes abdominaes, a ausencia de do contractão dos musculos sob a influencia do galvanismo.

EDITAIS.

Por ordem de S. Ex.ª Rm.ª se faz publico para conhecimento dos Srs. paes de familia cujos filhos frequentão as aulas do Seminario, que devendo-se pôr termo ao nde numero de faltas não justificadas commettidas por alguns alumnos no trimestre proximoamente findo, ordenára o mesmo Exm.ª Sr. que os alumnos que dora em diante até completar-se o 3.º trimestre, tiverem cinco faltas não justificadas sejam eliminados das matriculas das respectivas aulas.

Secretaria do Seminario Episcopal da Conceição 6 de Setembro de 1864.

O Lente Secretario,

Bacharel João Carlos Schulze.

O Capitão João de Souza Neves, Juiz Municipal supplens em exercicio da Cidade de Curitiba e seu Termo &

Faz saber que pelo Juiz de Direito da Comarca, Doutor Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire lhe foi communicado haver designado o dia 14 do mez de outubro do corrente anno pelas 10 horas da manhã para abrir a 2ª sessão ordinaria do Jury, que trabalhará em dias consecutivos e que procedido ao sorteio dos 48 jurados, que tem de servir na mesma sessão em conformidade dos artigos 326 e 323 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1852 forão sorteados e designados os cidadãos seguintes.

Freguesia da Sé

- Antonio Maria de Moraes Navarros
- 2 Antonio Soares de Proença
- 3 Antonio de Sousa Canavarras
- 4 Domingos Dias da Costa
- 5 Francisco Fernandes da 4ª Juruena
- 6 Francisco Pereira de Moraes Jardim
- 7 Dr. Francisco Antonio de Azeredo

- 8 Ignacio. de Sousa Azaveido
- 9 Jacintho da Silva Nogueira
- 10 Joaquim Frederico Corrêa
- 11 Joaquim de Paula e Melho
- 12 José Leite Galvão
- 13 Joaquim Querino da Costa
- 14 João Augusto Moreira Serra
- 15 Joaquim Nunes de Brito
- 16 José de Mesquita Muniz
- 17 Jacintho Alves Lousada
- 18 João Rodrigues Ferreira
- 19 José Eugénio Moreira Serra
- 20 Lucio José de Arruda
- 21 Luiz da Silva Prado
- 22 Lauriano Xavier da Silva
- 23 Luiz Pompêa de Barros
- 24 Manoel Luis Pereira
- 25 Thomaz Pereira Jorge

Freguesia de Pedro 2º

- 26 Antonio da Costa Campos
- 27 Francisco Rodrigues do Prado
- 28 Manoel Maria de Figueiredo
- 29 Ricardo Franco de Almeida Serra

Freguesia de Santo Antonio

- 30 Augusto Corrêa da Costa
- 31 B. Isario José Maria da Costa
- 32 Jeronimo Joaquim Nunes
- 33 João de Arruda Pinto
- 34 João Leite de Barros
- 35 Joaquim Dias do Moura
- 36 Miguel Angelo de Oliveira Pinto
- 37 Manoel Peixoto de Azaveido.

Freguesia da Chapada.

- 38 Augusto Cesar Leite Pereira
- 39 Caetano Pereira Gomes
- 40 Eleuterio da Costa Monteiro
- 41 Francisco de Paula Corrêa
- 42 Joaquim da Costa e Faria
- 43 Luiz José Bratti

Freguesia do Livramento.

- 44 João Pedro de Figueiredo
- 45 Manoel Leite de Araujo
- 46 Pedro Delfino da Silva

Freguesia da Guia.

- 47 João de Almeida Lara
- 48 José Hilfonso de Figueiredo.

A todos as quaes, e a cada um de por si, bem como a todos os interessados em geral se convida para comparecerem na casa da Camara Municipal, em a sala das sessões do Jury, tanto no referido dia e hora, como nos mais dias seguintes em quanto durar a sessão, sob as penas da lei se faltarem. E para que chegue a noticia de todos mandou não só passar o presente edital, que será lido e affixado nos lugares mais publicos e publicados pela imprensa, como reanetriguar aos subdelegados do termo, para publica-los e mandarem fazer as notificações necessarias aos jurados, aos culpados e as testemunhas que se acharem nos seus districtos

Cuiabá 5 de Setembro de 1864.
João de Souza Neves.

AGRADECIMENTO.

Cheios da mais viva saudade e penhorados pela maneira cortez e delicada por que forão tratados pelo Sr. Capitão Antonio Jose da Costa, durante o tempo em que exerceo as funções de mandante do 2º Batalhão de Artilheria apò os officios do mesmo Batalhão abaixo declarados Titulario a um sagrado dever, se não manifestassem pelo orgão da imprensa seus agradecimentos ao mesmo Sr. Capitão Costa; agora que o comprimento de um dever o levô á Villa Maria, e o arranca do seio de seus

companheiros de arma e varra etc. Sr. Cap. João Costa deixo no 2º B. Talha é um menor: gosão da simpatia geral, e faz as praxias do Batalhão sentem sua ausencia a quilos abraços assigna. los fazem votos que seja de curta duração, por terem de novo a satisfação de abraçarem-tos distincto e nobre compatriota.

Cuiabá 7 de Setembro de 1864.

Capitão Paulino de Almeida Brito

• Tito Luiz Manoel de Jezus

• Leonilho Luis Manoel de Jezus

2. Tenente Luciano Pereira de Sousa

• Joaquim José de Sant'Anna

• Paulo de Araujo Lins

• Sabino Fernandes e Sousa

João Baptista Guimarães

Joaquim Maria do Espirito Santo

Francisco Gomes Lagoeiro

José Joaquim Rodriguez Pimenta

ANNUNCIOS.

CONSELHO DE COMPRAS DA MARIANA

O Conselho de compras da Mariana faz publico que tem de comprar no dia 12 do corrente para satisfazer a diferentes pedidos, e seguintes:

- Bovis 2 O cavadas
- Bovis 24
- Carretes de linha para coser 12 Juzias
- C. B. 8 milreis
- Colheres de ferro 100
- Faixas 2
- Fio de algodão 1 arroba.
- Garfos de ferro 100
- Graça 8 milreis
- Gonna—lga 1 libra
- Luzo 12 pães.
- Luzo 8 milreis.
- Gonnes 100 pães
- Pelias para caix de guerra 4.
- Penna d'ca 12 caixas.
- Safas 2 arrobas.
- Sepalos 120 pares.
- Seda em velas 4 arrobas.
- Storinos em velas 8 arrobas.
- Seda 6 meos.
- Taixa d. bomba 20 maços.
- Tinta de escrever 12 garrafas.
- Trenças pequenos de lãoz 10.
- Vaquitas coridas 6.

As pessoas que pretenderem vender qualquer dos mencionados artigos, são convidadas a comparecerem no referido dia 13 do corrente até ás 11 horas da manhã na sala, onde o conselho celebra suas sessões, munidas das propostas e amostras com declaração do preço a que se offerecer o numero de seus moradis

Sala das sessões do Conselho de Compras da Repartição da Mariana de Mato Grosso em Cuiabá 5 de Setembro de 1864.

O Secretario do Conselho.

José Antonio de Oliveira Figo.

—NAO HA MAIS CABELO BRANCO—

N.º 1010—Fintura por excellencia Dito Melarogina, Untare por excellencia de piequentre, chinista.

To las estas preparações achão-se a venda na loja das Varietades.

—Martin Guilherme—

O. Secretário de N. Sar.º do Bom despacho avisou publico que transferirão do dia 8 para o dia 14 do corrente (domingo) a festividade da mesma Senhora, que se hade celebrar com tríduo, Missa cantada e procissão.